Exmo. Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia eleito
Exmos. membros eleitos da mesa da Assembleia de Freguesia
Exmos. Membros eleitos da Assembleia de Freguesia
Exmo. Sr. Presidente da Junta de Freguesia eleito
Exmos. membros eleitos da Junta de Freguesia
Exmo. Sr. Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território
Não tendo acesso ao protocolo da presente reunião, permitam-me ainda cumprimentar os restantes convidados e individualidades presentes, na pessoa do Sr. Presidente da Junta cessante que dirigiu o início desta tomada de posse e os cumprimentos institucionais, em nome desta Junta de Freguesia

Começo por dar os parabéns à lista vencedora das últimas eleições autárquicas nesta freguesia, tal como a todos os eleitos desta assembleia que terão a nobre missão de conduzir os destinos desta autarquia. Da mesma forma endereço o agradecimento devido aos que hoje deixam as suas funções, que exerceram durante o mandato que agora cessa, com o trabalho que facilmente todos reconhecerão.

Quero pessoalmente endereçar à mesa desta assembleia e em particular ao Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia, os meus votos no sentido do cumprimento exemplar do próximo mandato nesta assembleia, designadamente pugnando por uma longa tradição de respeito mútuo entre eleitos e forças políticas, com raras exceções, designadamente pugnando pelo respeito pelo estatuto da oposição e pela transparência no exercício do mandato da junta de freguesia, o que nem sempre foi o caso no mandato anterior, designadamente no que se refere à publicação de editais, atas e outros documentos oficiais. No momento em que falamos, a título de exemplo, o executivo da junta de freguesia apresenta tão somente uma única ata publicada no sítio de internet, relativa a uma única reunião extraordinária do executivo. Isso é inaceitável e trabalharemos, na oposição, frontalmente, para que estas ilegalidades não se repitam.

Gostaria igualmente de desejar um bom mandato ao Sr. Presidente de Junta agora eleito, que inicia agora um novo mandato para mais 4 anos na gestão da freguesia e desde logo, reforçar na sua pessoa as notas que acabei de dar à mesa desta assembleia, relativamente à transparência que se exige e de que seremos firmes guardiões neste mandato que hoje se inicia. Também aproveito para o desafiar a aceitar as competências que rejeitou no mandato anterior, com o reforço dos serviços operacionais da junta de freguesia, criados em 2019, no mandato da CDU na freguesia, quando o serviço mais relevante da freguesia consistia basicamente em passar atestados, perdoem-me a caricatura e a ironia. Apesar das diferenças que nos separam irremediavelmente, faremos uma oposição séria e responsável, pugnando pelo cumprimento da lei e esperando que o próximo mandato traga a obra que faltou no que agora termina. Mais do que uma boa imagem, precisamos de quem defenda o centro histórico com afinco, com obra, precisamos de um representante que acima de tudo, defenda a região e esta notável freguesia, combatendo a sua gentrificação e a sua transformação num grande bar aberto para turistas.

Permita-me desde já, como nota da primeira iniciativa deste mandato, dar-lhe os parabéns por trazer a presente tomada de posse para este espaço, exemplo notável de tudo o que nos divide, a partir de uma importante obra de requalificação realizada de facto e mais uma vez, pela gestão da CDU na cidade, num edifício também ele notável, agora totalmente capacitado para receber os mais ilustres

e os mais importantes eventos, como se vê, reforçando também, como decerto apreciará, a qualidade de receção aos turistas que nos visitam, a partir de um notável centro de interpretação da cidade, que certamente já terá visitado e elogiado.

Permita-me finalmente, nesta intervenção, dirigir ainda algumas palavras ao nosso ilustre convidado, cuja presença muito nos honra, ainda mais, se tivermos em conta uma agenda certamente muito preenchida. Muito obrigado pela sua presença, Dr. Silvério Regalado, designadamente porque não é todos os dias que temos a oportunidade de nos dirigirmos a tão importante membro do governo, aqui na nossa cidade, sem ser para aproveitar da magnífica e saborosa gastronomia alentejana.

Esperando não ser demorado, perdoe-me no entanto por tentar aproveitar este momento para lhe dirigir duas pequenas mas importantes notas, relativas a este maravilhoso interior do país, cujos problemas não parecem ter fim à vista e cujo futuro se encontra cada vez mais comprometido, designadamente no que se refere aos mais jovens, que não poucas vezes, se vêm obrigados, também eles, a emigrar, sem oportunidades, para longe da paisagem idílica que o interior cada vez mais representa, com destino à metrópole ou até para mais longe, donde muito raramente voltam.

Nessa perspetiva, dirigiria estas duas notas, por um lado, ao representante da Administração Local, por outro, ainda na mesma pessoa, ao responsável pelo Ordenamento de Território. A primeira nota refere-se a uma contínua desresponsabilização do Estado e dos diversos governos perante o interior, pela cidade de Évora e por esta mesma freguesia. Refiro-me em particular, à única medida que o governo estaria obrigado a cumprir com o centro histórico desta cidade, perante a sua classificação pela UNESCO como Património da Humanidade.

Refiro-me à medida relativa à Isenção de IMI nos centros históricos classificados, como Évora. Já não lhe falo da interrupção ilegal da aplicação desta medida, a partir de 2010, como foi confirmado pelo Supremo Tribunal Administrativo, que lesou uma grande maioria dos moradores em centros históricos classificados, naturalmente prejudicando os menos informados e menos privilegiados, criando uma situação de total desrespeito pelos princípios constitucionais, com cidadãos nas mesmas circunstâncias a serem tratados de maneira diferente pela Autoridade Tributária, uns usufruindo da isenção, outros não, muitas vezes vizinhos na mesma rua ou prédio, muito por via da insistência na não aplicação do automatismo previsto inicialmente na lei. Falo-lhe antes da circunstância do Estado continuar a não ressarcir as autarquias do valor das isenções atribuídas neste âmbito.
Num cálculo conservador, estamos a falar de mais de meio milhão de euros subtraídos à cidade por ano. Em quinze anos estamos a falar de cerca de 8 milhões de euros negados à cidade, um por cento desta verba, por direito, pertencentes a esta mesma freguesia, a que hoje damos posse aos seus órgãos. Isto não é, certamente e todos concordarão, a melhor forma de defender o interior do país. Não se pede muito, apenas que se cumpra a lei e isso, será uma obrigação moral do Estado que agora representa. Seria notável e deixo-lhe este desafio, tanto aos representantes do Estado como aos desta Junta de Freguesia, unidos agora pelo mesmo grupo político, com responsabilidades inegáveis nesta matéria, desde sempre, que unam todos os esforços para repor a legalidade exigível por qualquer ponto de vista possível, ou ressarcindo as autarquias por este esforço acrescido, como obriga a lei e como obriga a boa moral, ou encontrando novas formas, a partir de investimentos programados ou outras, que compensem a cidade pelos custos acrescidos decorrentes da classificação como Património da Humanidade, afinal, um benefício de todos e do país, cumprindo

também e finalmente os compromissos assumidos perante instituições internacionais como a UNESCO.

Aproveito, a talho de foice, de o lembrar e ao governo que representa, do inqualificável incumprimento que o Estado mantém a propósito das transferências de competências do Estado Central para as Autarquias, com este e com muitos outros municípios e que, no caso de Évora, deverá representar já cerca de 2 milhões de euros sonegados à cidade e à região.

Finalmente, permita-me abordar matérias de Ordenamento do Território, como Arquiteto Paisagista e conhecedor dos mecanismos de ordenamento territorial à disposição do Estado, condicentes com o desenvolvimento harmonioso de todo o território, à muito descritos nos livros, que urge aplicar, como forma de evitar a progressiva e brutal desertificação do território do interior do país. Refiro-me a diversas medidas de descriminação positiva do território, que permitam travar um processo já longo de desertificação e de envelhecimento da população do interior do país. Não é possível mantermos uma situação em que os recursos e a representatividade do interior sejam uma relação quase direta com a densidade e a presença de população no território. Não é admissível que cerca de um terço do país, 33% do território nacional, mantenha uma densidade de 17 habitantes por Km2, uma representação de 7 eleitos na Assembleia da República, com os recursos atribuídos à região na mesma proporção, ficando esta a maior região do país, com sendo a dea mais baixa densidade populacional do mesmo país e naturalmente, com os mais baixos índices de desenvolvimento. A única forma de evitar a desertificação do Alentejo, de promover o seu desenvolvimento, como em todo o interior e até noutras zonas subdesenvolvidas do país, consiste em adotar medidas de descriminação positiva que estanquem este percurso de divergência das metas de desenvolvimento europeu e a sangria de população e de recursos na região, que permitiriam retirar o Alentejo deste ciclo de empobrecimento e da classificação como uma das zonas com mais baixo índice de desenvolvimento na Europa. Termino, com este desafio, afirmando-lhe com toda a segurança, que tudo isto, que aqui lhe proponho, a ser implementado, não só beneficiará a região, o interior do país, como também o litoral e as grandes cidades, cada vez mais congestionadas e incapacitadas de lidar com a inevitabilidade dos fluxos migratórios para o litoral, decorrentes da falta de condições de vida na maioria do território nacional. Posso garantir-lhe, que a manutenção do bem receber e da gastronomia do Alentejo se manterá, mesmo com mais pessoas, mais investimentos e mais recursos para o desenvolvimento da região.

Por último, com as minhas desculpas por esta intervenção mais demorada e o aproveitamento desta oportunidade, que não seria de perder, quero desejar a todos um bom mandato, garantido que contarão connosco e com a CDU, para o nosso habitual, com seriedade, trabalho, honestidade e competência.

Obrigado.

Assinado por: **Nuno Miguel do Ó Esteves Cabrita**
Num. de Identificação: 06931706
Data: 2025.10.31 10:39:36+00'00'

CHAVE MÓVEL